



ESTADO DE SERGIPE
GOVERNO MUNICIPAL DE AQUIDABÃ

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2017

CONTRATO Nº 48/2017

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, A PREFEITURA DE AQUIDABÃ, E, DO OUTRO, A EMPRESA MARIA RAIMUNDA DOS SANTOS TRANSPORTES - ME, DECORRENTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2017.

O MUNICÍPIO DE AQUIDABÃ - SERGIPE, pessoa jurídica de direito público, situado na Avenida Paraguai, nº 1473 - Centro de Aquidabã - CEP: 49.790-000 - Centro de Aquidabã - Sergipe, inscrita no CNPJ. Nº 13.000.609/0001-02, adiante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. Francisco Francimário Rodrigues de Lucena, brasileiro, casado, maior, residente e domiciliado nesta Cidade, a Empresa **MARIA RAIMUNDA DOS SANTOS TRANSPORTES - ME**, inscrita no CNPJ sob. Nº 05.420.087/0001-70, com sede a Av. João Lima da Silveira, nº 3.588 - Bairro: Alagoas - Estância - Sergipe - CEP: 49.200-000, neste ato sendo representada por sua Proprietária a Srª Maria Raimunda dos Santos, portadora do R.G. nº 939.702 - SSP/SE e CPF nº 498.621.205-25, doravante denominada **CONTRATADA**, têm justo e acordado entre si o presente Contrato para Prestação de Serviços, acordo com as disposições regulamentares contidas na Lei nº. 8.666, de 21 de Junho de 1993, e suas alterações, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (art. 55, inciso I, da Lei nº 8.666/93).

O presente Contrato tem por objeto a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR DESTE MUNICÍPIO DE AQUIDABÃ - SERGIPE**, de acordo com as especificações constantes no Anexo I deste Contrato, Edital do Pregão Presencial nº 05/2017 e seus anexos, e proposta da Contratada, de acordo com o art. 55, XI da Lei nº. 8.666/93, passando tais documentos a fazer parte integrante do presente instrumento para todos os fins de direito.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO (art. 55, inciso II, da Lei nº 8.666/93).

O Serviço será efetivado no local e nas condições estabelecidas na Cláusula Quinta deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666/93).

O Serviço de Locação de Veículos para o Transporte Escolar será realizado pelos preços constantes na proposta da Contratada, perfazendo o presente Contrato um valor total estimado de **RS 64.178,40**



ESTADO DE SERGIPE
GOVERNO MUNICIPAL DE AQUIDABÃ

(Sessenta e Quatro mil, Cento e Setenta e Oito reais e Quarenta centavos), Conforme Anexo I deste Contrato.

§1º - O pagamento será efetuado pela Secretaria de Finanças no prazo de até 30 (Trinta) dias, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, em conformidade com a Resolução nº 296/2016 do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, mediante ordem bancária, creditada em conta corrente da licitante vencedora;

§2º - Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, Municipal, prova de regularidade perante a Receita Federal através da Certidão Conjunta, perante o FGTS - CRF e ao Tribunal Superior do Trabalho através da CNDT

§3º - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§4º - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§5º - Não haverá reajuste de preços durante o período contratado.

§6º - No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no *caput* desta Cláusula, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE.

§7º - Nestes preços estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, decorram da execução deste Contrato, inclusive custos com pessoal, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, administração, tributos, emolumentos e contribuições de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93)

O Serviço de Locação de Veículos para o Transporte Escolar será realizado em um prazo aproximado de **10 (Dez) meses**, após assinatura do respectivo contrato, podendo ser prorrogado por igual e sucessivo período em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e em conformidade com Calendário do Ano Letivo.

CLÁUSULA QUINTA - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93)

O Serviço objeto deste Contrato, será realizado, mediante autorização por escrito do Chefe de Transporte e Secretario Municipal de Educação deste Município de Aquidabã.

Parágrafo Único - O serviço deverá ser feito durante o prazo de vigência estabelecido. Findo este, as partes não poderão exigir uma da outra o exaurimento dos quantitativos previstos no instrumento convocatório, considerando-se perfeitamente realizado o objeto contratual. Ao contrário, exaurido o limite quantitativo antes do encerramento do prazo contratual, a Administração poderá acrescer o objeto até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), nos termos do art. 65, §1º da Lei nº 8.666/93.



ESTADO DE SERGIPE
GOVERNO MUNICIPAL DE AQUIDABÃ

383
A

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 55, inciso V, da Lei n.º 8.666/93).

As despesas com o pagamento do referido objeto estão previstas no orçamento de 2017, conforme classificação orçamentária detalhada abaixo:

17009 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
2024 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
3390.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURÍDICA
FR: 000,125,126,150

CLÁUSULA SÉTIMA – DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 55, inciso VII e XIII, da Lei n.º 8.666/93).

- A Contratada, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:
- Manter, durante toda a execução do contrato, as exigências de habilitação ou condições determinadas no procedimento da licitação que deu origem ao presente Contrato, sob pena de sua rescisão e aplicação das penalidades ora previstas.
 - Alocar todos os recursos necessários para se obter uma perfeita prestação de serviços, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza à Contratante;
 - Responsabilizar-se por todas as despesas, obrigações e tributos decorrentes da execução do Contrato, inclusive as de natureza trabalhista, devendo, quando solicitado, fornecer à Contratante comprovante de quitação com os órgãos competentes;
 - Responsabilizar-se por eventuais multas, municipais, estaduais e federais, decorrentes de faltas por ela cometidas na execução do Contrato;
 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.
 - Responsabilizar-se pela obtenção de Alvarás, Licenças ou quaisquer outros Termos de Autorização que se façam necessários à execução do Contrato.
 - Executar fielmente o objeto contratado e o prazo estipulado.
 - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o Contrato firmado com a Contratante, sem prévia e expressa anuência.
 - Não realizar associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem prévia a expressa anuência do Contratante.

A Contratante, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- Efetuar o pagamento nas condições e preço pactuados.
- Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato, consoante estabelece a Lei n.º 8.666/93;
- Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, que deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências verificadas;



ESTADO DE SERGIPE
GOVERNO MUNICIPAL DE AQUIDABÃ

- Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, diligenciando nos casos que exigem providências preventivas e corretivas.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E MULTAS (Art. 55, inciso VII, da Lei nº 8.666/93).

Pelo atraso injustificado na execução do Contrato, pela inexecução total ou parcial do objeto pactuado, conforme o caso, o Contratante poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções, previstas no art. 87 da Lei nº. 8.666/93, garantida a prévia defesa, sem prejuízo de perda da garantia prestada:

I - advertência;

II - multa de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, em decorrência de atraso injustificado na realização do serviço;

III - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, no caso de inexecução total ou parcial do mesmo;

IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Contratante, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO (art. 55, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93).

A inexecução, total ou parcial, do Contrato, além das penalidades constantes da cláusula anterior, ensejará a sua rescisão por ato unilateral e escrito da Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei nº. 8.666/93, na forma do art. 79 da mesma Lei.

Parágrafo único - Quando a rescisão ocorrer, com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei supracitada, sem que tenha havido culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos, regularmente comprovados, que houver sofrido, conforme preceitua o § 2º do art. 79 do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO (Art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93).

Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito da Contratante de adotar, no que couberem, as medidas previstas no artigo 80 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS (art. 55, inciso XII, da Lei nº 8.666/93).

O presente Contrato fundamenta-se:

I - nos termos do Pregão Presencial nº 05/2017 que, simultaneamente:

- constam do Processo Administrativo que a originou;
- não contrariem o interesse público;

II - nas demais determinações da Lei 8.666/93;

III - nos preceitos do Direito Público;

IV - supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.



385
A

**ESTADO DE SERGIPE
GOVERNO MUNICIPAL DE AQUIDABÃ**

Parágrafo Único - Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES (Art. 65, Lei nº 8.666/93).

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93, desde que devidamente comprovados.

§1º - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto no art. 65, §1º da Lei nº. 8.666/93, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.

§2º - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes, de acordo com o art. 65, §2º, II da lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO (Art. 67, Lei nº 8.666/93).

Na forma do que dispõe o artigo 67 da Lei nº. 8.666/93, a prefeitura designará o Sr. Wesley Dos Santos, Secretário Municipal de Transporte para acompanhar e fiscalizar execução do presente Contrato.

§1º - A fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do Contrato com as normas especificadas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.

§2º - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO (Art. 73, Lei nº 8.666/93)

O objeto deste Contrato será recebido de acordo com o disposto art. 73, II, *a e b* da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO (Art. 55, §2º, Lei nº. 8.666/93)

As partes contratantes elegem o Foro da Cidade de Aquidabã, Estado de Sergipe, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e Contratadas, as partes assinam este instrumento, na presença de 02 (duas) testemunhas, a fim de que produza seus efeitos legais.

Aquidabã (SE) - 03 de Maio de 2017

PREFEITURA DE AQUIDABÃ

Francisco Francimário Rodrigues de Lucena
CONTRATANTE

MARIA RAIMUNDA DOS SANTOS TRANSP. - ME

Maria Raimunda dos Santos
CONTRATADA



ESTADO DE SERGIPE
GOVERNO MUNICIPAL DE AQUIDABÃ

386
+

TESTEMUNHAS:

I - Rafaela da Silva 055.950.675-94

II - Isolane de Melo Santos Silva 04073806589



ESTADO DE SERGIPE
GOVERNO MUNICIPAL DE AQUIDABÃ

ANEXO I

1 - OBJETO

1.1 - Contratação de pessoa jurídica para a prestação de **serviços de transporte escolar de alunos matriculados nas escolas da rede municipal de ensino fundamental e de educação infantil**, que residem na Zona Rural e Urbana de Aquidabã/SE, **por preço unitário por Km rodado**, nele incluídos todos os tributos, encargos, despesas indiretas e benefícios, **fornecimento de veículos** devidamente abastecidos, com toda a manutenção corretiva e preventiva inclusa dos mesmos, **além do respectivo motorista**, nas rotas definidas neste termo.

1.2 - Os veículos percorrerão **estradas asfálticas e vicinais**. O contratado deverá respeitar todo calendário escolar, que foi confeccionado pela Secretaria Municipal de Educação.

2 - DA VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência do contrato será de 12 (Doze) Meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/1993, se for de interesse da Administração Pública.

3 - DAS CONDIÇÕES/INFORMAÇÕES

3.1 - Caberá à Secretaria Municipal de Transportes a responsabilidade do gerenciamento dos serviços, fiscalizando e controlando os veículos pelas rotas determinadas neste termo e que forem efetivamente utilizadas pelo contratante;

3.2 - Considerando que algumas rotas passarão por rodovias estaduais, necessário se faz que a contratada durante o certame junte a devida licença de operação expedida pelo **Departamento Estadual de Infra-estruturadora Rodoviária de Sergipe - DER/SE**.

3.3 - A Prefeitura de Aquidabã não se responsabilizará por prejuízos de qualquer natureza, proveniente de ação de prepostos da contratada, sendo de inteira responsabilidade desta, qualquer dano causado pela sua atuação a serviço deste Ente, bem como prejuízos causados a terceiros;

3.4 - Caberá à Secretaria Municipal de Transportes exigir a troca de veículos e/ou motoristas que não atenderem aos padrões dos serviços contratados, como por exemplo, bom estado de conservação dos veículos, mecânica, pneus e etc;

3.5 - A contratada deve substituir os veículos quebrados ou defeituosos no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, após a notificação do fato à mesma, providenciando os meios compatíveis para não interromper o objeto da contratação;

3.6 - Todos os veículos da contratada, que irão realizar os serviços pactuados, deverão apresentar-se a cada



388
A

ESTADO DE SERGIPE
GOVERNO MUNICIPAL DE AQUIDABÃ

início e término dos trabalhos, no local determinado pelo contratante, sendo expressamente proibida a permanência dos mesmos em locais indevidos e incompatíveis com as suas atividades;

3.7 – Todos os empregados da contratada deverão trabalhar sempre fardados e com crachá de identificação;

3.8 – A contratada garantirá o comportamento moral e profissional de seus empregados, respondendo esta integral e incondicionalmente por todos os danos e/ou atos ilícitos resultante de ação ou omissão destes, inclusive por inobservância de ordens e normas do contratante;

3.9 – A empresa contratada, deverá apresentar todos os veículos que serão utilizados para a prestação de serviços de transporte de estudantes, de acordo com as exigências contidas nas normas do Contran (Conselho Nacional de Trânsito e do Código de Trânsito Brasileiro, especialmente, as previstas nos artigos **136, incisos I, II, III, IV, V, VI e VII, 138, incisos I, II, IV e V, 139 e 329**, devendo os respectivos certificados ser afixados em cada veículo, bem como uma cópia ser entregue ao fiscal do contrato;

3.10 – Considerando o objeto da contratação em questão, é necessária a juntada de **Atestado de Capacidade Técnica**, que comprove desempenho de atividade pertinente e compatível em característica, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, por meio de apresentação de atestado (s) expedido (s), por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante ou de seu proprietário, comprovando a execução de transporte de alunos.

3.11 – Os empregados da contratada não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município de Aquidabã, sendo de inteira responsabilidade da contratada as obrigações salariais, sociais, previdenciárias e trabalhistas relativas aos seus empregados ou contratados, inclusive no que tange ao seguro de acidente de trabalho, desligamento, horas extras, quaisquer despesas com alimentação, locomoção, não cabendo ao Município de Aquidabã quaisquer responsabilidades bem encargos de qualquer natureza;

3.12 – **Poderá haver sublocação de até 50% (cinquenta por cento) dos objetos contidos neste termo de referência;**

4 – DA VISTORIA DOS VEÍCULOS:

4.1. A Administração Municipal designará o Sr. Wesley Dos Santos, Secretário de Transporte para vistoriar a frota da contratada, podendo contar com apoio técnico de terceiros, com a finalidade de avaliar e verificar:

- Comprovação de regularidade dos veículos. Os veículos deverão estar com a documentação em dia, comprovada através da apresentação do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV;
- Situação dos sistemas de suspensão, direção e freios;
- Revisão visual externa: faróis, pisca-pisca, lanternas, estado de conservação, calibragem dos pneus, limpadores de para-brisas, entre outros;
- Revisão Interna: luzes e instrumentos do painel, bancos, extintores, cintos de segurança, higiene, etc;
- Distico escolar: pintura de faixa horizontal na cor amarela, com 40 cm de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira do veículo, com distico escolar em preto;



**ESTADO DE SERGIPE
GOVERNO MUNICIPAL DE AQUIDABÃ**

389
A

- Existência de Tacógrafo;
- Cintos de segurança em número igual à lotação do veículo;
- Os veículos não poderão ter mais de 10 (dez) anos de uso, levando-se em consideração, para tanto, a data do seu primeiro licenciamento.

5 – DOS SERVIÇOS

5.1 – O serviço, objeto deste Termo de Referência, será executado por rotas definidas pelo contratante, de acordo com as necessidades do Município de Aquidabã, cabendo à contratante arcar apenas com o pagamento das rotas efetivamente solicitadas pela mesma e disponibilizadas pela contratada.

6 - ROTAS PARA TRANSPORTE ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA

– Objetivo: Transporte Escolar gratuito de Estudantes do ensino fundamental, médio e da educação infantil (187 dias letivos).

Obs: A contratante só pagará à contratada a quilometragem correspondente aos itinerários licitados (ponto de partida/roteiro/destino final) e efetivamente utilizados pelo Município de Aquidabã, não sendo este obrigado a utilizar todas as rotas previstas neste termo de referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	K/M/DIA	DIAS LETIVOS	VL. UNIT.	VL. TOTAL
5	LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO ONIBUS (POVOADO CRUZ GRANDE/ POVOADO LAGOA DO MATO/ SANTA TEREZINHA/ POVOADO CRUZ GRANDE) TURNOS: TARDE/NOITE QUANTIDADE DE ALUNOS:40	44	187	7,80	64.178,40
TOTAL					64.178,40

Aquidabã (SE) – 03 de Maio de 2017

Francisco Francimário Rodrigues de Lucena
PREFEITURA DE AQUIDABA
 Francisco Francimário Rodrigues de Lucena
 CONTRATANTE

Maria Raimunda dos Santos
MARIA RAIMUNDA DOS SANTOS TRANSP. - ME
 Maria Raimunda dos Santos
 CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

- I- Profada da Bixira 055950675-94
- II- Adriano de mat 04078806588